

# **A pós-graduação e neoliberalismo: ponderações sobre os Planos Nacionais de Pós-graduação perante a ótica mercantil produtivista**

Ramos, Ivana Pinto  <sup>1</sup>

Teixeira, Ricardo Antonio Gonçalves  <sup>2</sup>

## **RESUMO**

O presente artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa de doutorado realizada em um Programa de Pós-graduação em Educação da região Centro-Oeste do Brasil. Constitui-se um recorte do estudo bibliográfico e documental, que aborda as gradativas mudanças nas Políticas da Educação Superior, tendo como foco os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs), que direcionam para o aumento da produtividade e para a mercantilização da educação, seguindo os modelos gerenciais neoliberais, que visam uma formação pós-graduada atrelada às demandas do mercado. Diante deste cenário, o conhecimento, mesmo sendo uma manifestação humana, ganha novas dimensões e valores técnico mercantis. Dessa forma, a pós-graduação, por meio da pesquisa e da formação de profissionais altamente capacitados, passa a ser a “menina dos olhos” do mercado, que tenta desvirtuar seus princípios formativos, científicos e educativos; bem como a autonomia e liberdade do pesquisador.

*Palavras-chave: pós-graduação; mercantilização da educação; Planos Nacionais de pós-graduação.*

## **Postgraduate studies and neoliberalism: reflections on the National Postgraduate Plans, from a productivist mercantile perspective**

## **ABSTRACT**

This article was prepared based on doctoral research carried out in a Postgraduate Program in Education in the Central-West region of Brazil. It constitutes an excerpt from the bibliographic and documentary study, which addresses the gradual changes in Higher Education Policies, focusing on the National Postgraduate Programs (PNPGs), which aim to increase productivity

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Goiás. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. Email: ivanapramos@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9785073725621260>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3714-3390>.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Goiás. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. Email: professorricardoteixeira@ufg.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0272312162765846>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1603-2088>.

and the commodification of education, following neoliberal management models, which aim for postgraduate training linked to market demands. Given this scenario, knowledge, even though it is a human manifestation, gains new dimensions and technical commercial values. In this way, postgraduate studies, through research and the training of highly qualified professionals, become the “apple of the eye” of the market, which tries to distort its training, scientific and educational principles; as well as the autonomy and freedom of the researcher.

*Keywords: postgraduate studies; commodification of education; National Graduate Plans.*

## **Posgrado y neoliberalismo: reflexiones sobre los Planes Nacionales de Posgrado, desde una perspectiva mercantil productivista**

### **RESUMEN**

Este artículo fue elaborado a partir de una investigación doctoral realizada en un Programa de Postgrado en Educación en la región Centro-Oeste de Brasil. Constituye un extracto del estudio bibliográfico y documental, que aborda los cambios paulatinos en las Políticas de Educación Superior, centrándose en los Programas Nacionales de Posgrado (PNPG), que apuntan al aumento de la productividad y la mercantilización de la educación, siguiendo modelos de gestión neoliberales, que apuntan a Formación de posgrado vinculada a las demandas del mercado. Ante este escenario, el conocimiento, aunque sea una manifestación humana, cobra nuevas dimensiones y valores técnico-comerciales. De esta manera, los estudios de posgrado, a través de la investigación y la formación de profesionales altamente calificados, se convierten en la “niña de los ojos” del mercado, que intenta distorsionar sus principios formativos, científicos y educativos; así como la autonomía y libertad del investigador.

*Palabras clave: posgraduación; mercantilización de la educación; Planes Nacionales de Posgrado.*

### **INTRODUÇÃO**

O presente estudo foi elaborado a partir de uma pesquisa de doutorado defendida em um Programa de Pós-graduação em Educação da região



**Interterritórios** | Revista de Educação  
Universidade Federal de Pernambuco,  
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259424[2023]  
**Dossiê Políticas públicas em Educação no  
contexto da reestruturação do Estado na  
última década do século XX**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259424>

Centro-Oeste do Brasil<sup>3</sup>. Configurou-se um estudo bibliográfico, documental e empírico sobre as transformações que vêm ocorrendo na universidade pública, devido às imposições neoliberais produtivistas, que afetam toda a comunidade acadêmica, especialmente os docentes, discentes e programas de pós-graduação.

Diante do amplo estudo realizado, trazemos neste artigo um recorte do estudo bibliográfico e documental, abordando as gradativas mudanças nas políticas da educação superior, em destaque os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs) que direcionam para o aumento da produtividade e para a mercantilização da educação, seguindo os modelos gerenciais neoliberais, que visam uma formação pós-graduada atrelada às demandas do mercado.

Nesse sentido, é possível observar que a globalização, com o discurso sedutor de modernização, homogeneização e evolução, por meio da inovação e das novas tecnologias, disseminou a lógica empresarial, incitando o aumento da competitividade, características advindas com o neoliberalismo e suas ações hegemônicas, que desencadeiam as mazelas sociais. O capitalismo neoliberal, no que tange à universidade, espaço privilegiado do conhecimento, cada vez mais cobrada pelo aspecto da produtividade, por meio da ciência e tecnologia, que tenta sufocar seus ideais de formação intelectual e humana, querendo colocá-la a serviço do mercado.

No contexto globalizado e neoliberal/capitalista, a dimensão humana da educação, do trabalho e da pesquisa vem se perdendo de diversas formas: a grande significação e evidência, que adquire a tecnologia nos tempos atuais; a doutrinação das mídias, por meio da linguagem verbal e não verbal (imagens, sons, silêncios, fake News); o discurso político autoritário vivenciado nos últimos governos, que tentaram cercear os valores democráticos; o individualismo, que se sobressai em detrimento da coletividade e diversos outros aspectos. No caso da universidade, especialmente a pós-graduação, a cultura produtivista tem modificado os princípios acadêmicos com imposições avaliativas que valorizam a quantificação, visando ranqueamento, como uma forma de controle meritocrático que incentiva cada vez mais a concorrência.

---

<sup>3</sup> Pesquisa de doutorado intitulada *O PRODUTIVISMO ACADÊMICO E A PÓS-GRADUAÇÃO: mudanças e impactos no trabalho docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás*.

Nesse cenário, o conhecimento, mesmo sendo uma manifestação humana, ganha novas dimensões e valores técnico mercadológicos. Dessa forma, a pós-graduação, por meio da pesquisa e da formação de profissionais altamente capacitados, passa a ser a “menina dos olhos” do mercado, que tenta desvirtuar seus princípios científicos e educativos; a autonomia e liberdade do pesquisador.

Em vista dos aspectos apresentados, este artigo visa refletir sobre essas mudanças na pós-graduação, refletindo sobre o conceito e aspectos do neoliberalismo com o objetivo de contextualizar sua entrada e influência na educação. Na sequência, traçamos um percurso percorrendo os Planos Nacionais de Pós-graduação sob a ótica da mercantilização da educação

## **O neoliberalismo: porta de entrada para o desenvolvimento capitalista**

Para contextualizar as mudanças ocorridas na universidade a partir do neoliberalismo, tomamos como ponto de partida histórica a década de 1990, marcada por um período de grandes mudanças políticas, econômicas e sociais, colocando o Estado como destaque nesse processo de mudanças, pois, afastando-o da regulação da economia, pôde-se investir em privatizações na tentativa de enfraquecer a máquina pública por meio de reformas. A relação política entre universidade, sociedade, Estado e mercado é, portanto, complexa e contraditória, pois, com as reformas ocorridas após a década de 1990, o Estado desvia de si a responsabilidade por setores essenciais, designando a educação, a saúde e a cultura, que são direitos públicos, como setores não exclusivos do Estado, caracterizando-os como setores de serviços, ou seja, por instituições não estatais como prestadoras de serviço, por meio de contratos. (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2018). Essas mudanças afetam diretamente as universidades públicas.

Buscando o entendimento sobre o contexto neoliberal que se encontra a universidade, é importante refletir sobre o conceito de neoliberalismo marcando seus ideais e suas características. Ianni (1998) partiu do princípio do neoliberalismo como um fenômeno do capitalismo, que consiste na mundialização do capital por meio da articulação econômica, social, política, cultural e ideológica, que foi se ampliando rapidamente, abalando territórios,



**Interterritórios** | Revista de Educação  
Universidade Federal de Pernambuco,  
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259424[2023]  
**Dossiê Políticas públicas em Educação no  
contexto da reestruturação do Estado na  
última década do século XX**  
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259424>

fronteiras, hegemonias e culturas. O neoliberalismo ocorreu em diferentes escalas, seguindo o processo de “globalização/transnacionalização”, mudando diretrizes, modos de vida, trabalho, sociabilidade, em todo o mundo, conforme palavras de Ianni (1998).

Sim, o neoliberalismo diz respeito à transnacionalização das forças produtivas e das relações de produção, atravessando os territórios e as fronteiras, tanto quanto os regimes políticos e as culturas. São “forças produtivas”, tais como o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o mercado, o planejamento e a violência, concretizando a transformação de formas de vida e trabalho, compreendendo práticas e imaginários. São “relações de produção”, tais como a liberdade e a igualdade de proprietários organizados no contrato, o que compreende a empresa, a corporação, o conglomerado, o Estado, o direito, os códigos jurídico-políticos, a contabilidade, a calculabilidade, a produtividade, a competitividade e a lucratividade (IANNI, 1998, p. 29).

Para Harvey (2008), o neoliberalismo tornou-se hegemônico não somente sob o enfoque econômico, ele afetou amplamente o cotidiano das pessoas: “o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2008, p. 3). Constituindo-se como uma prática político-econômica ocorrida a partir de 1970, segundo a qual o bem-estar do indivíduo deve ser promovido através da liberação das capacidades empreendedoras individuais, no contexto de uma estrutura caracterizada pelo direito à propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

Na perspectiva de Duménil e Lévy (2007), o neoliberalismo é apresentado como um “neoimperialismo” no que se refere a capacidade dos países avançados (principalmente EUA e Europa) de extrair lucros do resto do mundo, utilizando uma estrutura de acumulação e exploração econômica, representada na abertura das fronteiras comerciais e financeiras aos países periféricos, em desenvolvimento, com consequências desastrosas para estes países, aumentando as taxas de juros, fortalecendo as estruturas de exploração.

Chauí (2019) trouxe uma leitura da atual conjuntura referindo-se ao neoliberalismo, como uma forma de totalitarismo, tomando como referência as análises da Escola de Frankfurt sobre os efeitos do surgimento da ideia de sociedade administrada. Ela afirma que o movimento do capital transforma toda e qualquer realidade em objeto, do e para o capital, convertendo tudo em mercadoria, instituindo um sistema universal de equivalências, tudo por uma “mercadoria universal abstrata, o dinheiro”. A autora justifica a designação para o neoliberalismo como “novo totalitarismo” por meio da seguinte afirmação:

Totalitarismo: porque em seu núcleo encontra-se o princípio fundamental da formação social totalitária, qual seja, a recusa da especificidade das diferentes instituições sociais e políticas que são consideradas homogêneas e indiferenciadas porque são concebidas como organizações. O totalitarismo é a afirmação da imagem de uma sociedade homogênea e, portanto, a recusa da heterogeneidade social, da existência de classes sociais, da pluralidade de modos de vida, de comportamentos, de crenças e opiniões, costumes, gostos e valores.

Novo: porque, em lugar da forma do Estado absorver a sociedade, como acontecia nas formas totalitárias anteriores, vemos ocorrer o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado. Nos totalitarismos anteriores, o Estado era o espelho e o modelo da sociedade, isto é, instituíam a estatização da sociedade; o totalitarismo neoliberal faz o inverso: a sociedade se torna o espelho para o Estado, definindo todas as esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas, tendo como referência central o mercado, como um tipo determinado de organização: a empresa – a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa, uma igreja é uma empresa e, evidentemente, o Estado é uma empresa (CHAUÍ, 2019, s.p., grifo nosso)<sup>4</sup>.

Nessa perspectiva, o processo de neoliberalização veio como um pensamento forte que modificou os modos de vida, o pensamento e todas as atividades humanas, impactando nas diversas esferas, regulando não somente as estruturas institucionais, mas também as relações sociais, as divisões do

<sup>4</sup> Marilena Chauí: Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo (2019), no site “A terra é redonda eppur si muovi...”, Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>



trabalho, as tecnologias, a educação, as atividades produtivas e reprodutivas etc.

Perante o cenário globalizado, capitalista, neoliberal, flexível e produtivista, a educação torna-se peça-chave, na produção de conhecimento rentável e na formação de “mão de obra” para o trabalho. Dessa forma, a educação passou a ter, como princípio definidor, as necessidades e demandas do processo de acumulação do capital, sob diferentes formas históricas e sociais, reguladas e subordinadas às demandas empresariais. A concepção de educação voltada para as demandas do capital, que a define como fator de produção, está atrelada a “teoria do capital humano”, desenvolvida e coordenada por Theodoro Schultz na década de 1950 nos Estados Unidos, relacionada às variações de desenvolvimento e subdesenvolvimento entre países.

A ideia do “capital humano”, segundo Frigotto (1996), baseia-se em um grau de educação e qualificação neoliberal, tomando como base um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas para potencializar a capacidade de trabalho e de produção. Ela está relacionada à quantidade, a um determinado volume de conhecimentos para reforçar a capacidade de trabalho e produção.

Saviani (2010) reiterou que a “teoria do capital humano” desenvolvida por Schultz, foi divulgada positivamente como demonstração do “valor econômico da educação”. Sob essa lógica incoerente, a educação passou a ser entendida como algo decisivo do ponto de vista do desenvolvimento econômico, como um bem de produção, que o autor denomina de “concepção produtivista de educação” (SAVIANI, 2010, p. 39). A cultura escrita, letrada e informatizada passou ser sinônimo de competências para o mercado de trabalho e nessa direção vão as políticas educacionais.

Com o neoliberalismo, a teoria do capital humano assumiu um novo sentido, saindo da lógica coletiva de pensar a economia nacional, a riqueza social, para a lógica econômica individualista, privada, pautada nas competências e capacidades individuais a serem adquiridas na educação, para alcançar uma posição no mercado de trabalho. “À escola cabia formar a mão de obra que progressivamente seria incorporada pelo mercado” (SAVIANI, 2010, p. 40), incitando a competição, a necessidade de conquistar um status para atingir níveis mais elevados de empregabilidade.

Nas palavras de Saviani (2010)

A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita os indivíduos para a competição pelos empregos disponíveis. O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo.[...] Nessa nova situação a teoria do capital humano foi refuncionalizada e é nessa condição que ela alimenta a busca de produtividade na educação, de modo geral, e na pós-graduação, em particular (SAVIANI, 2010, p. 41).

Seguindo nessa linha de mais produtividade na educação, especialmente na pós-graduação, como apontou Saviani (2010), discutiremos o enfoque dado a essas cobranças na universidade no tópico seguinte.

### **A pós-graduação e os Planos Nacionais de Pós-graduação com foco nas demandas do mercado**

A instituição da pós-graduação ocorreu formalmente no Brasil somente em 1965, com o Parecer nº 977/65 de 3 de dezembro de 1965 do Conselho Federal de Educação (CFE), emitido por Newton Lins Buarque Sucupira (relator) e teve sua consolidação e expansão com a reforma universitária de 1968, com o objetivo de associar ensino e pesquisa.

De acordo com Fávero (2003), a Reforma universitária de 1968 teve grande importância para a consolidação da pós-graduação no Brasil, pois tinha como objetivo aumentar a eficiência e a produção de conhecimento nas universidades públicas. Dentre as várias medidas, por ela estabelecida, estava a instituição da pós-graduação no Brasil: Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, Art. 24 “O Conselho Federal de Educação conceituará os cursos de pós-graduação e baixará normas gerais para sua organização, dependendo sua validade no território nacional, de os estudos neles realizados terem os



**Interterritórios** | Revista de Educação  
Universidade Federal de Pernambuco,  
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259424[2023]  
**Dossiê Políticas públicas em Educação no  
contexto da reestruturação do Estado na  
última década do século XX**  
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259424>



respectivos cursos, credenciados por aquele órgão.” (BRASIL, 1968). Neste contexto, a pós-graduação teve sua consolidação e sua expansão em um período da ditadura militar, com intensos debates no interior e fora das universidades, com repercussão em toda sociedade.

Para Kuenzer e Moraes (2009), o Estado ambicionava a construção de um estado nacional forte. Almejava o desenvolvimento de projetos tecnológicos de grande porte com a construção de usinas hidroelétricas; nucleares; expansão das fronteiras; investimentos na expansão da indústria bélica; aeronáutica; espacial etc. Essa demanda, levou ao entendimento que a carência de recursos humanos e profissionais especializados era um obstáculo para alcançar esses objetivos, esse foi um dos fatores determinantes para o apoio à criação e à expansão da pós-graduação. (KUENZER; MORAES, 2009). Os interesses eram mercadológicos, visando a concorrência internacional.

Nesse sentido, a política de modernização estava diretamente articulada aos ideais nacionalistas de desenvolvimento, que ganharam força com a Reforma de 1968, no período da ditadura, dentro dos Planos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Para a viabilização desse projeto, foram direcionados recursos para as agências de financiamento da pós-graduação e da pesquisa (CAPES, CNPq e FINEP), que contribuíram para a sua consolidação e crescimento.

Saviani (2008) afirmou que o modelo de pós-graduação adotado no Brasil, seguiu a estrutura organizacional dos Estados Unidos, o modelo *stricto sensu*, centrada em dois níveis hierarquizados, o mestrado e o doutorado, sem que o primeiro fosse pré-requisito indispensável ao segundo, pois existia uma autonomia entre os dois. Na perspectiva da origem da pós-graduação, além da influência do modelo estadunidense, “o espírito com que se deu a implantação dos programas, foi em grande parte influenciado pela experiência europeia, particularmente da Europa Continental.” (SAVIANI, 2008, p. 309). Os professores, que trabalharam nas universidades, nos primeiros programas de pós-graduação do país, eram em sua maioria, intelectuais que possuíam formação europeia, por isso, o autor ponderou que o modelo brasileiro, por ter recebido essa dupla influência (Europa, EUA), tornou-se um modelo ainda mais rico.

Com essa breve contextualização histórica da pós-graduação, apresentaremos um estudo documental realizado a partir dos Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs) disponíveis no portal da CAPES e suas diretrizes,

juntamente com as discussões teóricas sobre o assunto. Dessa maneira, buscaremos destacar a crescente evolução das deliberações mercantis produtivistas, aliadas aos fatores econômicos, sociais e históricos que influenciaram diretamente nas diretrizes dos Planos Nacionais de Pós-Graduação.

Os Planos Nacionais de Pós-graduação têm a função de propor as medidas necessárias para execução e para a atualização da Política Nacional de Pós-graduação. Os Planos têm como objeto o conjunto de atividades desenvolvidas nas Instituições de Ensino Superior (IES) e nas instituições de pesquisa, em nível de pós-graduação, constituindo-se enquanto políticas de governo que conduzem as atividades das IES que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação, definindo metas, estratégias e diretrizes. Dentre as atribuições do Conselho Nacional de pós-graduação e, posteriormente da CAPES, estão descritos os seis Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs), que compreendem o período de 1974 a 2020.

O primeiro PNPG (1975-1979), tinha como principal objetivo a expansão da pós-graduação no Brasil e a formação de pesquisadores e docentes para atender as demandas do ensino superior. Ele também garantiu as diretrizes para a estabilização financeira e aprovou recursos no âmbito do Governo Federal. Isso significa que “os recursos das agências governamentais devem continuar atuando como complementares aos recursos das universidades, sejam públicas ou particulares, na instalação de cursos, na manutenção de bolsistas de vários níveis e no financiamento de projetos e pesquisas” (BRASIL, 1975, p. 130).

Na sequência o PNPG (1982-1985), reafirmou os objetivos do plano anterior, sobretudo no que diz respeito à formação de recursos humanos qualificados para a docência e pesquisa em todas as modalidades e técnicas, para atender as demandas do serviço público e privado. No entanto o destaque desse plano foi direcionado a avaliação como forma de aferir, de verificar a qualidade na pós-graduação. O Plano tinha como prioridade, “o aumento qualitativo do desempenho do sistema como um todo, criando estímulos e condições favoráveis, bem como acionando mecanismos de acompanhamento e avaliação” (BRASIL, 1982, p. 185). A preocupação com a qualidade era justificada, por ter sido previsto no plano anterior investimento para quase todos os programas que revelaram iniciativa ou potencial de produtividade e

desenvolvimento, porém, nem todos apresentaram os resultados esperados, enquanto outros grupos “promissores” ficaram sem o devido apoio.

Serão reforçados ainda os incentivos, independentemente de instituição ou especialidade, a indivíduos ou pequenos núcleos desde que apresentem potencial de criatividade e de boa qualidade. [...] Outro problema a receber especial atenção é o da adequação do sistema às necessidades reais e futuras do País, seja para a produção científica e acadêmica, seja para o aumento de sua capacidade tecnológica e produtiva. Trata-se de compatibilizar pós-graduação e pesquisa com as prioridades nacionais e com a natureza das matérias de formação básica que a precedem na universidade (BRASIL, 1982, p. 185).

Segundo Kuenzer e Moraes (2009), tornou-se prioridade institucionalizar e aperfeiçoar a avaliação que já existia desde 1976 no primeiro PNPG, porém de forma simplificada, pois o sistema de avaliação seguiu um processo que foi se aprimorando e consolidando ao longo dos anos de 1980, pela CAPES. Nesse sentido, formulários foram refinados para captação de dados; investiu-se em informatização; foram criadas comissões com especialistas das várias áreas do conhecimento e implementou-se a visita in loco, para a avaliação dos programas de pós-graduação. O processo de avaliação pelos pares fixou-se e permanece na atualidade.

Nesse percurso, o PNPG (1986-1989) trouxe como prioridade a pesquisa nas universidades em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que almejava o crescimento e o desenvolvimento nacional. Os dois primeiros PNPGs marcaram a institucionalização da pós-graduação, a importância da formação, a evolução, a expansão e a avaliação dos programas. O III PNPG reforçou a formação de recursos humanos de alto nível e a melhoria da qualidade dos cursos de pós-graduação, acrescentando a institucionalização e a ampliação da pesquisa nas universidades, juntamente com a integração da pós-graduação ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, criado juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia, em 15 de março de 1985, pelo Decreto nº 91.146, no governo de José Sarney, como órgão central do Sistema Federal de Ciência e Tecnologia, enfatizando a importância da pós-graduação para o seu avanço e para o desenvolvimento do país.

Del Vecchio (2017) em seus estudos sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) e a pesquisa na universidade brasileira, afirmou que o Sistema tinha por finalidade proporcionar o desenvolvimento econômico, bem como, constituía-se como instrumento de afirmação dos interesses nacionais brasileiros no âmbito das relações entre os Estados, ou seja, como instrumento de afirmação da soberania brasileira. O autor reiterou que as universidades públicas brasileiras se tornaram “presa fácil” de uma lógica que mantém o status das relações internacionais, pressionadas pela lógica da mercantilização da educação, de forma a reproduzir e reforçar, na produção do conhecimento, a desigualdade que beneficia os países do capitalismo central, direcionando a avaliação da pós-graduação aos “rankings internacionais”.

O III PNPG apresentou ainda, uma análise da evolução e da situação atual da pós-graduação. O desempenho foi retratado por meio de dados que comprovavam a rápida expansão: “numa escala de 370 programas de mestrado e 89 de doutorado, em 1975, para 787 de mestrado e 325 de doutorado, em 1985” (BRASIL, 1986, p. 198). Essa evolução apresentada, destacou também a melhoria na estrutura dos programas; a qualificação do corpo docente; a revisão e implementação nas estruturas curriculares; a melhoria nas atividades de pesquisa; o aumento da produção científica docente etc. Contudo, dificuldades estruturais e conjunturais também foram apresentadas, dificultando a manutenção e o crescimento na pós-graduação brasileira, a saber: a) a legislação e a prática vigentes não estavam sendo satisfatórias e eficazes para impedirem a criação e o funcionamento de cursos de baixa qualidade; b) a reformulação da carreira do magistério federal (Decreto 85.487/80), que extinguiu a exigência da titulação pós-graduada como elemento preponderante para a progressão funcional; c) a extinção do incentivo salarial de produção científica; d) a redução do valor relativo do incentivo por dedicação exclusiva; e) a escassez de recursos, que têm caracterizado os setores de educação e de ciência e tecnologia; uma progressiva diminuição da proporção das despesas de capital e outros custeios em relação às despesas com pessoal; f) os níveis de remuneração das bolsas de estudo sem reajuste, ocasionando uma perda considerável de poder aquisitivo (BRASIL, 1986).

Essa realidade apontada nos primeiros 10 anos dos Planos Nacionais de Pós-graduação revela problemas que foram se agravando ao longo do tempo. Percebeu-se que diminuíram os gastos com a educação, mas aumentaram as cobranças por produtividade. Os ideais de mercantilização da educação

pressionam as universidades e a pós-graduação, que passam a ser regidas pelos princípios de gestão, planejamento, êxito, controle e mais produtividade, intensificando o trabalho docente, em seguimento às determinações neoliberais.

O IV PNPG (1996-2004) foi elaborado com circulação restrita aos membros da diretoria da CAPES, devido a uma série de circunstâncias que envolviam restrições de orçamento e falta de articulação entre as agências de fomento. Por isso, o documento final não foi efetivado como Plano Nacional de Pós-graduação, mas vigorou entre o período de 1996 a 2004, conforme consta no documento:

Já o 4º Plano, aquele que não foi promulgado, mas cujas diretrizes foram adotadas pela CAPES, se caracterizou pelas ênfases na expansão do sistema, na diversificação do modelo de pós-graduação, na introdução de mudanças no processo de avaliação e na inserção internacional do SNPG (BRASIL, 2010, p. 15).<sup>5</sup>

Na sequência da análise, o V PNPG (2005-2010) apresentou um diagnóstico e análise da pós-graduação no decorrer do levantamento de dados apresentados em tabelas, que possibilitavam acompanhar a expansão da educação desde o ensino fundamental e médio, mostrando a demanda de profissionais para atuar nestas áreas.

A evolução dos índices de produtividade também foi apontada neste PNPG, que indicou o aumento no número de mestres e doutores em todas as áreas do conhecimento e, conseqüentemente, houve o crescimento da produção intelectual, por meio das diversas publicações: periódicos nacionais, internacionais, anais de congressos e a valorização de publicações de autores brasileiros em “periódicos indexados na base do *Institute for Scientific Information* (ISI)”, tomando por base os indicadores de produtividade de mestres e doutores.

Um estudo comparativo com outros países foi apresentado no Plano por meio de uma Tabela com a evolução de trabalhos publicados por pesquisadores brasileiros, no período de 1981 a 2003 em periódicos internacionais, em comparação com a América Latina e mundialmente. Constatou-se que a produção científica brasileira cresceu cinco vezes mais e

---

<sup>5</sup> Texto introdutório ao PNPG (2011-2020), volume I, que faz um resumo de todos os Planos Nacionais de Pós-graduação anteriores.



sua participação, em comparação com o resto do mundo triplicou, conforme exposto na tabela abaixo:

**Tabela 1: Trabalhos publicados em periódicos de circulação internacional: comparação entre o Brasil, América Latina e mundialmente (1981–2003)**

| Ano  | Brasil<br>(A) | América<br>Latina<br>(B) | Mundo<br>(C) | %<br>(A)/(B) | %<br>(A)/(C) |
|------|---------------|--------------------------|--------------|--------------|--------------|
| 1981 | 1.923         | 5.789                    | 454.021      | 33,2         | 0,42         |
| 1982 | 2.220         | 6.353                    | 466.671      | 34,9         | 0,48         |
| 1983 | 2.256         | 6.638                    | 475.611      | 34,0         | 0,47         |
| 1984 | 2.329         | 6.670                    | 475.199      | 34,9         | 0,49         |
| 1985 | 2.360         | 7.098                    | 508.604      | 33,2         | 0,46         |
| 1986 | 2.521         | 7.640                    | 528.017      | 33,0         | 0,48         |
| 1987 | 2.565         | 7.979                    | 524.805      | 32,1         | 0,49         |
| 1988 | 2.815         | 8.243                    | 545.167      | 34,2         | 0,52         |
| 1989 | 3.142         | 9.033                    | 565.114      | 34,8         | 0,56         |
| 1990 | 3.597         | 9.833                    | 579.640      | 36,6         | 0,62         |
| 1991 | 3.935         | 10.321                   | 594.696      | 38,1         | 0,66         |
| 1992 | 4.650         | 11.633                   | 631.287      | 40,0         | 0,74         |
| 1993 | 4.461         | 11.764                   | 623.176      | 37,9         | 0,72         |
| 1994 | 4.857         | 12.872                   | 658.428      | 37,7         | 0,74         |
| 1995 | 5.482         | 14.433                   | 688.228      | 38,0         | 0,80         |
| 1996 | 6.008         | 15.868                   | 698.193      | 37,9         | 0,86         |
| 1997 | 6.712         | 17.626                   | 703.804      | 38,1         | 0,95         |
| 1998 | 8.037         | 19.657                   | 729.574      | 40,9         | 1,10         |
| 1999 | 9.052         | 21.841                   | 743.229      | 41,4         | 1,22         |
| 2000 | 9.676         | 22.979                   | 742.207      | 42,1         | 1,30         |
| 2001 | 10.686        | 24.877                   | 759.834      | 43,0         | 1,41         |
| 2002 | 11.423        | 26.200                   | 756.129      | 43,6         | 1,51         |
| 2003 | 12.627        | 28.428                   | 813.233      | 44,4         | 1,55         |

Fonte: Science Indicators 2003. ISI - Philadelphia, USA.

Fonte: PNPG (2005-2010) – BRASIL (2004, p. 40)

Observou-se a partir da tabela, que a porcentagem do Brasil em comparação com a América Latina saiu de 33,2 em 1981, para 44,4 no ano de 2003, um crescimento realmente representativo. Comparado no âmbito mundial, partiu de 0,42 em 1981 para 1,55 em 2003. Isto posto, verificou-se o quanto cresceu a produtividade relacionada à publicação em periódicos internacionais, juntamente com as cobranças e a necessidade de difundir as pesquisas na esfera mundial, elevando as demandas mais produtividade acadêmica.

No que se refere à produtividade e mercantilização da educação, Hostins (2006, p. 143) lembrou que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Lei nº. 9394/96, colaborou com esse processo por meio



do desmembramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, juntamente com a flexibilização das possibilidades de comercialização do conhecimento mediante a criação dos institutos, faculdades, escolas superiores, centros de educação superior e universidades especializadas em saberes específicos, com o discurso de democratização da educação, fortaleceu e ampliou a iniciativa privada.

Naquela conjuntura, competia à pós-graduação a função de “produzir os profissionais aptos a atuarem nos diferentes setores da sociedade e capazes de contribuir, a partir da formação recebida, para o processo de modernização do país” (BRASIL, 2004, p. 8). A expressão “produzir profissionais”, ao invés de “formar profissionais”, revela bem um dos principais objetivos do V PNPG, que encaminhavam para a expansão do sistema de pós-graduação, visando a ampliação do número de pós-graduandos qualificados para a demanda do ensino superior (público e privado) do país; para o desenvolvimento do sistema de ciência e tecnologia e para atuarem no setor empresarial. O discurso conduz a valorização da quantificação em detrimento da formação, a “mão de obra” em detrimento dos “recursos humanos”; a valorização do produto em desfavorecimento do processo.

Ainda no V PNPG, com a expansão da pós-graduação e o modelo de avaliação CAPES, foram apresentados dados que revelaram que muitos mestres egressos exerciam atividades profissionais em setores não acadêmicos, já os doutores concentravam-se nas universidades. Com esse argumento, foi indicada “a necessidade de se retornar à flexibilidade prevista no modelo inicial, de modo a contemplar demandas diferenciadas da sociedade” (BRASIL, 2004, p. 43). Como pôde ser observado na Tabela seguinte:

**Tabela 2: Destino dos egressos formados na pós-graduação na década de 90**

| Tipo de Atividade               | Mestres | Doutores |
|---------------------------------|---------|----------|
| Administração/Serviços Públicos | 20,7    | 10,9     |
| Empresas Públicas/Privadas      | 21,1    | 5,9      |
| Universidades                   | 34,5    | 68,8     |
| Institutos de Pesquisa          | 5,4     | 8,3      |
| Escritórios/Consultorias        | 12,5    | 4,5      |
| Outras                          | 5,7     | 1,7      |

Diante do cenário apresentado, a maioria dos doutores estavam sendo incorporados nas universidades, enquanto os mestres eram direcionados às variadas atividades, conforme demanda da sociedade. O Plano reforçava a necessidade de mestrados profissionais, previstos no V PNPG, como modelo de flexibilização, de inovação e de eficiência: “No interior do sistema constata-se a existência de iniciativas inovadoras visando à formação de novos programas para atender demandas diferenciadas, ou a construção de novas parcerias interinstitucionais buscando maior eficiência” (BRASIL, 2004, p. 43).

Nesse sentido, podemos perceber que os olhares se voltam para um outro aspecto, o destino dos egressos e suas produções. Abrimos aqui um parêntese para fazer referência ao documento denominado “Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG): uma discussão sobre a política de C&T nacional e a formação da agenda de pesquisa”, elaborado pela CAPES em 2020, remete a discussão de algumas ações voltadas ao próximo PNPG: “discutir algumas das ações realizadas em atendimento ao sexto plano nacional de pós-graduação, em vigência entre os anos de 2011 e 2020 e pretende contribuir para a discussão do próximo plano, a ser elaborado para o período 2021-2030” (BRASIL, 2020, p. 1). Neste caso, ações voltadas para a ciência e tecnologia (C&T) e sua influência nas ações engendradas no âmbito do SNPG.

No campo específico das metas e estratégias (tópico 3), o documento dispõe sobre o aspecto “Formação e Empregabilidade dos Egressos” (tópico 3.2) que analisa dados e reforça a ideia, embasada nos modelos europeus e dos Estados Unidos) de que a formação de doutores precisa ser mais “flexível, que se adapte às demandas do mercado global e que garanta empregabilidade para além da academia” (BRASIL, 2020, p. 23). A intenção é aproximar o setor empresarial à formação pós-graduada por meio da criação de novos modelos de formação que possibilitem: “aproximação com o setor empresarial, passando pela criação de novas modalidades de programas, como o profissional e em associação com empresas, com o intuito de desenvolver habilidades aderentes ao mercado de trabalho não acadêmico” (BRASIL, 2020, p. 23)<sup>6</sup>. Dessa maneira, são incitadas “competências necessárias” para garantir a qualidade da formação de novos doutores seguindo as demandas do

---

<sup>6</sup> Essa citação foi retirada da discussão feita em nota de rodapé.

mercado e garantindo a “eficiência dos processos” de inovação tecnológica e do desenvolvimento econômico do Brasil. Assim sendo, o documento reforça:

Diante do cenário atual de redução de oportunidades, a preocupação em torno da inserção de egressos no mercado de trabalho não acadêmico ganha importância. É nesse sentido que algumas vertentes em discussão abordam a necessidade de priorizar a formação de recursos humanos em áreas de interesses de pesquisa pautados por demandas empresariais (BRASIL, 2020, p. 23).

Nessa mesma linha o PNPG (2005- 2010), instigou o aspecto de maiores resultados no desenvolvimento de pesquisas para o mercado e indústria, em parceria com empresas privadas, apresentada de forma mais amena nos primeiros Planos e de forma mais intensificada neste PNPG, consolidado nas políticas neoliberais e mercantis produtivistas, como é possível perceber no item que trata das formas de financiamento e sustentabilidade da pós-graduação:

Estimular a parceria dos programas com as empresas, na busca de suporte financeiro para a ampliação do número de bolsas. Isto deve ser feito, sobretudo, em áreas que participam de cadeias produtivas, visando a formar recursos humanos capazes de alavancar o desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2004, p. 58).

Na sequência dos estudos, o PNPG (2011-2020) reafirmou os Planos anteriores e introduziu novas diretrizes de uma forma bem mais ampla, tanto no recorte temporal (abrangência de nove anos) quanto nos encaminhamentos e na organização. Logo no início da apresentação do novo Plano, percebeu-se o discurso persuasivo com os ideais a serem seguidos pela pós-graduação. A descoberta do “pré-sal” também foi referida como demanda de profissionais capacitados, principalmente nas áreas de engenharia e infraestrutura, com o potencial para se tornar um grande exportador de bens industriais. Com o olhar voltado para o potencial produtivista, este último PNPG destacou a excelência do SNPG em parceria como o CNPQ, outras fundações de fomento (FAPs) e o comando da CAPES, cujos resultados “mostraram seus grandes benefícios e evidenciaram suas credenciais de fator dinâmico do sistema” (BRASIL, 2010, p.

17). Dentre os objetivos do Plano, destaca-se a integração entre sociedade, ensino na pós-graduação e o setor empresarial.

O destaque dado aos recursos humanos para empresas, presente também no PNPG anterior, desviam os fins primeiros da pós-graduação colocando-a a serviço do mercado; na tentativa de tirar a autonomia das universidades atrelando o conhecimento às demandas das empresas, ao capital, fazendo do conhecimento e da tecnologia uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento econômico e social. O tripé ensino, pesquisa e extensão perde espaço para a “tríplice hélice”, ou seja, parceria entre a universidade, o Estado e as empresas:

Os resultados da pesquisa, ao serem aplicados, levam a tecnologias e a procedimentos, podendo ser usados no setor público e no sistema privado, e fazendo do conhecimento e da tecnologia uma poderosa ferramenta do desenvolvimento econômico e social. Neste quadro a parceria entre a universidade, o estado e as empresas dará lugar ao chamado modelo da tríplice hélice. Este modelo levará a colocar no centro do Plano, ou melhor, na sua base, aquilo que poderá ser chamado de Agenda Nacional de Pesquisa, com a participação de todas as agências de fomentos federais e estaduais, com repercussão direta no SNPG e como matéria de políticas públicas, conduzindo ações induzidas e a parcerias entre as universidades e os setores público e privado (BRASIL, 2010, p. 18).

Esse modelo da “tríplice hélice”, já faz parte do cotidiano das universidades públicas brasileiras por meio de vários projetos. Pode-se citar, como exemplo, o projeto “Conecta Pós” da Universidade Federal de Goiás, lançado oficialmente no dia 17 de setembro de 2021, que faz a conexão entre a ciência, a tecnologia e a inovação da UFG com governos e empresas. Outro exemplo dessa política da “tríplice hélice” é a AUSPIN (Agência USP de Inovação), Agência da Universidade de São Paulo, responsável por gerir a política de inovação para promover a utilização do conhecimento científico, tecnológico e cultural produzido na universidade, em prol do desenvolvimento socioeconômico sustentável do Estado de São Paulo e do país, criada em fevereiro de 2005.

Estes são apenas alguns dos muitos exemplos dessa política voltada para a pesquisa e inovação em parceria com empresas, por meio do conhecimento construído na pós-graduação que está sendo difundida pelas diversas universidades do Brasil.

Segundo Maués (2015), no processo de mundialização do capital, a internacionalização financeira é uma das formas mais modernas de obtenção de lucros e os Estados estabelecem regulações que facilitam esse processo e transações. A autora apontou o ano de 1995 como marco inicial da mercantilização, empresariamento e internacionalização da educação, quando a Organização Mundial do Comércio (OMC) passou a regular os serviços educacionais e a produção intelectual: “A definição dada pela OMC da educação como serviço abriu as portas para a mercadorização desse então direito, sobretudo quando se passa a considerar a imensa clientela existente no mundo, correspondendo a trilhões de dólares” (MAUÉS, 2015, p. 4). Ela reforça que esta seria a “senha” para o início da internacionalização de forma organizada da educação enquanto mercadoria.

A internacionalização da educação é uma decorrência ‘natural’ do processo de mundialização, na lógica capitalista, que leva consequentemente a uma internacionalização financeira. A educação, no momento que passa a ser vista como uma *commoditie* entra no rol das mercadorias que devem ser valorizadas para que possam ser exportadas e que possam render maiores dividendos nas bolsas de valores (MAUÉS, 2015, p. 3).

Maués (2015) enfatizou o papel dos organismos internacionais na internacionalização da educação. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou um documento em 2011 com o título: *L'enseignement supérieur à l'horizon 2030*, que revelava o papel do ensino superior para alavancar as economias emergentes e consolidar ainda mais as desenvolvidas. Ela destacou algumas recomendações: a) o crescimento referente ao número de estudantes, professores e pesquisadores em programas de outros países; b) fazer cursos e disciplinas ofertadas por instituições estrangeiras, por meio da educação a distância, ou com instituições parceiras em outros países; c) o fornecimento de duplo diploma ou diploma

expedido por universidades estrangeiras, que são muito valorizados no mercado e; d) a aquisição de estabelecimentos estrangeiros.

Ela destacou também o papel da UNESCO na internacionalização da educação superior, por meio do Instituto de Educação Superior da América Latina e Caribe (IESALC) e outras instituições vinculadas a ela, no esforço de incentivo à internacionalização dos países em desenvolvimento. Os organismos internacionais defendem a sociedade do conhecimento como força produtiva a serviço do mercado: “Há uma defesa da mercadorização da educação e a defesa aberta do capitalismo acadêmico e da criação de um mercado mundial de educação” (MAUÉS, 2015, p. 7).

O documento da OCDE, citado por Maués (2015), foi escrito no mesmo ano de início do VI PNPG, apesar de não ter sido citado nele, percebe-se que ele pode ter corroborado com as ações do Plano, implícito em seu discurso de modernização, desenvolvimento e internacionalização. Diante da análise, é nítida a valorização dos objetivos comerciais e mercadológicos que giram em torno dessas estratégias e ações. As questões formativas e culturais não são relevantes em suas metas e objetivos.

No contexto do PNPG (2011-2020), foi desvelado claramente os objetivos mercantis produtivistas, em um tópico específico que tem como título: “Recursos humanos para empresas: o papel da pós-graduação” (BRASIL, 2010, p. 179). (grifo nosso). Este tópico revelou os ideais capitalistas preponderantes neste Plano, pois estes não foram revelados de forma subjetiva ou indireta. Analisando o documento, o texto iniciou com um breve histórico sobre a participação do Brasil na segunda Guerra mundial, com a expectativa de ser favorecido com ajuda econômica dos Estados Unidos. No entanto, estes priorizaram a reconstrução europeia e japonesa, assim, o Brasil teve que recorrer ao capital privado para buscar o desenvolvimento econômico. A partir daí o texto do VI Plano construiu o percurso das primeiras universidades, de 1930 a 1950, o foco se voltou para o desenvolvimento científico e tecnológico aliado ao crescimento industrial; o surgimento do órgão de fomento (CAPES em 1951); o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, em 1952); a Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS, em 1953).

O histórico apresentado no VI PNPG continua revelando que, dentro dessa política, foram instaladas as primeiras indústrias automobilísticas no



Brasil, no interior de São Paulo, relatando o crescimento das indústrias, consequentemente, surgem as demandas de recursos humanos e tecnologia para atendê-la. Em 1960, “surgiu a pós-graduação brasileira como uma forma de dar um diferencial competitivo para o país”. Em 1990, a CAPES, o CNPQ e a FINEP implantaram e consolidaram a pós-graduação, focada no avanço científico e tecnológico para o desenvolvimento socioeconômico nacional (BRASIL, 2010, p. 180).

Refletindo sobre esses aspectos referidos no VI PNPG (2011-2020), nas empresas que investiram em P&D, Sguissardi e Silva Júnior (2018) ponderaram que as ações políticas tiveram o objetivo de aumentar a produtividade e o capital produtivo, isso se deu principalmente por meio da ciência, da tecnologia e da inovação, segundo a política industrial do Ministério de Ciência e Tecnologia e do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a universidade, mais especificamente a pós-graduação, são fundamentais neste processo, bem como o trabalho do professor pesquisador:

O PNPG (2011-2020), apresentou a ciência e tecnologia (C&T) e inovação tecnológica mais atrelada às indústrias de manufaturas, no entanto, a prestação de serviços foi apresentada como “metade a três quartos da riqueza produzida no planeta”, ou seja, a inovação nas empresas é movida pela ciência avançada e por recursos humanos capacitados. Essa capacitação acontece, em grande parte, na academia, através da produção de conhecimento destacada no Plano.

Nesse sentido, o VI PNPG declarou que o mercado favorecia a inserção de engenheiros e cientistas com alta titulação nas indústrias, principalmente nos cargos de liderança empresarial, vinculados a projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e reforçou a necessidade de políticas que incentivassem a alocação de cientistas em setores industriais e empresariais, evitando que se concentrassem na academia.

De acordo com o último censo do IBGE, o Brasil tem 302 mil profissionais, com título de mestrado ou doutorado, sendo que, segundo o MEC, 136 mil (correspondendo a 45%) estão nas instituições de ensino superior. Além da concentração desses mestres e doutores nas instituições de ensino superior, cabe ressaltar ainda que é na universidade pública que se encontra (63%) (BRASIL, 2010, p. 187).

O texto do Plano utilizou como argumento a apresentação de dados do IBGE que indicam que no Brasil somente 9,1% das pessoas ocupadas nas atividades P&D são pós-graduados e que, a maioria que exerce essas atividades possui somente a graduação, cerca de 48%, segundo levantamento dos últimos triênios (2000, 2003, 2005). Reforça ainda, o que fora mencionado anteriormente, como um “cenário preocupante”, de que 70% das matrículas no ensino superior no Brasil estão concentradas nas áreas de ciências humanas e sociais, ficando apenas 11% nas engenharias e ciências tecnológicas. “Ou seja, isto significa que apenas 1,5% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos estão matriculados em cursos de engenharia e ciências tecnológicas” (BRASIL, 2010, p. 191).

Diante das colocações do PNPG (2011-2020), foi possível observar a grande preocupação com recursos humanos para as áreas técnicas e tecnológicas, seguindo a ideia de que as áreas de humanas não trazem retorno financeiro, no contexto capitalista neoliberal, por isso são menos relevantes. Importante salientar que esta é uma visão “turva” da educação, que só enxerga o retorno financeiro imediato. São as ciências humanas que estudam a sociedade em suas especificidades, dessa forma, seu nível de importância é o mesmo que o de todas as áreas e ciências. Todas elas são essenciais para o desenvolvimento humano e social, por priorizarem a formação crítico/reflexiva perante a sociedade, o meio ambiente, o indivíduo, sua história, sua cultura, revelando-o como seres humanos e cidadãos, capazes de atuar na sociedade de forma crítica e transformadora e não como “mão de obra”, como idealiza o mercado.

Observando o percurso histórico do VI PNPG (2011-2020), foi possível compreender a complexidade e as contradições que permeiam este Plano, devido ao tempo transcorrido sob vigor de suas diretrizes para a pós-graduação. Ele foi publicado em 2010, entrou em vigor em 2011 e transcorreu até 2020, abarcando um extenso período em que decorreram diversas mudanças políticas e econômicas. Podemos destacar os vários presidentes que passaram pelo governo no período que vigorou o VI PNPG (Luiz Inácio Lula da Silva; Dilma Rousseff; Michel Temer; Jair Bolsonaro), dessa maneira, os ideais e os planejamentos previstos pelos idealizadores do VI PNPG em 2010, já não foram contemplados da mesma forma pelo governo de Michel Temer e pelo governo de Jair Bolsonaro. Estes últimos trouxeram grande retrocesso à educação brasileira por meio dos cortes na educação e a diminuição do número de bolsas, no âmbito da CAPES e do CNPQ, dificultando

a manutenção da expansão da oferta de novas vagas e diminuindo as condições de permanência dos estudantes na pós-graduação.

Diante da reflexão apresentada sobre os Planos Nacionais de Pós-Graduação (I, II, III, IV, V, VI PNPGs), que corresponderam ao período de 1974 até 2020, foi possível perceber o papel de destaque que a ciência ocupou e ocupa no desenvolvimento do país, seguindo a lógica neoliberal, cujos interesses econômicos prevalecem sob os valores e os processos formativos, que estabelecem paradigmas orientadores para a flexibilização e cumplicidade com o mercado, não com o conhecimento crítico. A parceria com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (desde o primeiro PNPG em 1972) e com o Sistema Nacional de Ciência e tecnologia, juntamente com as legislações que acompanharam todo o processo histórico, que foram citadas nesse percurso, revelam o círculo que envolve o conhecimento produzido na pós-graduação e os interesses mercantis produtivistas do capitalismo. As políticas educacionais estão diretamente relacionadas às políticas de desenvolvimento econômico, porém, outros aspectos precisam ser priorizados.

## **O compromisso da pós-graduação com as demandas humanas e sociais e não com a lógica empresarial**

Considerando as origens institucionais e os princípios da pós-graduação enquanto processo de formação social e humana e não somente para atender os interesses econômicos. Nesse sentido, recorremos a Severino (2019) que afirmou que as contribuições postas pelo desenvolvimento tecnológico implementado pela ciência e sua colaboração para a qualidade da vida humana (produção de alimentos; tratamento de doenças; descoberta de medicamentos, dentre outros), são conquistas inquestionáveis no que se referem ao desenvolvimento da vida humana, porém, não se trata de reconhecer a importância da ciência, é necessário refletir também sobre o que leva à prática da pesquisa científica, fonte de todo conhecimento. O autor apontou duas perspectivas que precisam ser consideradas: de um lado o arcabouço epistêmico; de outro, as implicações éticas envolvidas, cujos resultados impactam nas condições de existência das pessoas.

Tanto quanto imprescindível é o seguimento dos parâmetros lógico-epistêmicos, o compromisso com a sensibilidade ética é igualmente necessário, cobrando-se do pesquisador da área

uma permanente atenção, levando-se em conta que os resultados de sua investigação interferem diretamente na existência concreta das pessoas. Ademais, trata-se de fenômenos humanos em elevado grau, não podendo as pessoas e suas condutas ser manipuladas como se fossem meras peças de bancada de um laboratório. Levando-se em conta a presença da realidade humana no procedimento investigativo, desde o início se coloca a questão da dignidade da pessoa, impondo, de modo agudizado, a exigência da sensibilidade ética (SEVERINO, 2019, p. 903).

O mesmo autor reafirmou que o compromisso da universidade, da pós-graduação e da pesquisa está atrelado à formação integral do indivíduo, com pesquisas voltadas para as demandas humanas e sociais, não com o mercado. Tratar a produção científica como mercadoria, ou seja, produtos e processos inovadores para o setor produtivo brasileiro, é uma deliberação inserida em um processo maior de mercantilização da educação. Dessa forma, o processo de transformação da produção de conhecimento em mercadoria, exacerba-se a partir da década de 1990, com a clara intensificação do neoliberalismo.

Considerando as transformações, é fato que os PNPGs contribuíram muito para o crescimento e o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, considerando a expansão e os avanços científicos, porém, os padrões induzidos pelas políticas setoriais de desenvolvimento econômico movidos pela CAPES e pelo CNPq, apoiaram o desenvolvimento da pós-graduação, mas ao mesmo tempo, exercem um papel centralizador e arbitrário na figura do Estado, conforme Silva Júnior, Kato e Ferreira (2015).

Duas questões merecem destaque: primeiro, o papel centralizador e arbitrário da CAPES na figura do Estado, que por meio de critérios de excelência cria um ranking, impondo a estas instituições um selo de qualidade [...] e em segundo lugar a forte indução de pesquisas via financiamento e processos avaliativos na criação de uma nova sociabilidade científica brasileira caracterizada de forma predominante pela: aceitação, pelo não-debate, pelo total descompromisso com pesquisas livres, por novos formatos e modelos de formação pós-graduada que diminui seus tempos de formação e fomenta mudança nos formatos dos programas, com disciplina que primam muito mais pela formação técnica em detrimento da

epistemologia. Sem grandes opções aos programas que se sentem compelidos a assumir tais características sob o risco de perda de credenciais, bolsas, verbas para pesquisas dentre outros mecanismos (SILVA JÚNIOR; KATO; FERREIRA, 2015, p. 216).

Conforme citação acima, as políticas adotadas exerceram e exercem uma grande pressão aos programas de pós-graduação, efetivando os encaminhamentos dos PNPGs, os quais, priorizam as deliberações do mercado, fazendo com que os programas assumam a lógica empresarial, influenciando desde a produção do conhecimento dessas instâncias, até a efetivação da educação. No caso da produção acadêmica, impõe-se um discurso de qualidade incutido em quase todas as diretrizes da educação, não somente nos PNPGs. Qualidade esta, que se afasta de uma perspectiva de qualidade socialmente referenciada, conforme Cabral Neto e Castro (2018, p. 49-50), pois preocupa-se mais com indicadores de qualidade e resultados “comparação internacional dos resultados das instituições, supervalorização da competitividade e da produtividade e a introdução de novos métodos de gerenciamento dos sistemas educacionais.”

No que se refere às exigências por mais produtividade, observou-se a supervalorização das produções acadêmica e a competitividade que estão bem claras na política de internacionalização da pós-graduação, que, segundo Sguissardi e Silva Júnior (2018), mudam a cultura político-institucional universitária, seguindo um novo projeto mundializado de desenvolvimento econômico e produtivo, modelo que pressiona, tentando modificar as bases da universidade enquanto instituição.

No que se refere às metas de ampliação do número de doutores presente nos PNPGs, foi possível observar que ela está presente também no Plano Nacional Educação (2014-2024), aprovado mediante a Lei nº 13.005/2014. Pela primeira vez, um Plano Nacional de Educação contemplou as propostas de diretrizes e políticas do ensino de pós-graduação. Isso ocorreu porque o PNPG é parte integrante do PNE (2014-2024), dessa forma, a meta de ampliação de doutores está prevista em ambos, conforme meta 14.12 do PNE (2014-2024) – “ampliar o investimento na formação de doutores de modo a atingir a proporção de 4 (quatro) doutores por 1.000 (mil) habitantes” (BRASIL, PNE, 2014) e VI PNPG (2011-2020): “No caso da CAPES, a política para os próximos anos será de favorecer a titulação de doutores, condição

necessária para a melhoria do desenvolvimento científico e tecnológico do país.” (BRASIL, 2010, p. 273).

Porém, as previsões de orçamento necessário para subsidiar tais políticas não foram mantidas. Gradativamente os efeitos da política econômica e os investimentos em bolsas de estudo diminuíram, bem como toda verba para as universidades públicas, como é possível perceber no estudo de Almeida; Sacramento e Raupp (2021), que trouxeram dados relativos às dotações orçamentárias de forma agregada, tanto em investimento, quanto em custeio para as Universidades Federais, no período 2013- 2020, tendo 2013 como ano base para a análise das reduções, conforme tabela.

**Tabela 3: Dotações orçamentárias das universidades Federais (2013-2020)**

| Dotações orçamentárias das Universidades Federais no período 2013-2020 |                  |                   |                   |          |
|------------------------------------------------------------------------|------------------|-------------------|-------------------|----------|
| Ano                                                                    | Investimento     | Custeio           | Total             | Variação |
| 2013                                                                   | 5.142.070.000,00 | 11.228.800.000,00 | 16.370.872.013,00 | 100,00 % |
| 2014                                                                   | 4.790.400.000,00 | 10.979.260.000,00 | 15.769.662.014,00 | 96,33 %  |
| 2015                                                                   | 4.180.010.000,00 | 10.756.320.000,00 | 14.936.332.015,00 | 91,24 %  |
| 2016                                                                   | 2.671.040.000,00 | 9.852.320.000,00  | 12.523.362.016,00 | 76,50 %  |
| 2017                                                                   | 1.627.720.000,00 | 8.951.250.000,00  | 10.578.972.017,00 | 64,62 %  |
| 2018                                                                   | 915.990.000,00   | 8.754.500.000,00  | 9.670.492.018,00  | 59,07 %  |
| 2019                                                                   | 853.981.000,00   | 8.588.820.000,00  | 9.442.803.019,00  | 57,68 %  |
| 2020                                                                   | 883.760.000,00   | 8.170.680.000,00  | 9.054.442.020,00  | 55,31 %  |

Fonte: Adaptado de Sacramento et al. (2021)<sup>7</sup>

Essa redução de verbas agravou-se ainda mais no ano de 2020, devido à crise sanitária do novo coronavírus e ao negacionismo da ciência por parte do governo da época e seus aliados. Destacou-se neste contexto, perdas na

<sup>7</sup> Elaborada pelos autores originalmente a partir de dados do Tesouro Gerencial, 2021. Sítio, <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>



educação em geral, pois vivenciamos uma conjuntura de autoritarismo, dissolvendo valores coletivos, valores democráticos, culturais, conquistas trabalhistas, o agravamento da homofobia, o racismo, o uso indevido das mídias e a censura, tentando controlar as tecnologias da informação, dentre muitas outras coisas. A política neoliberal chegou ao seu ápice nas deliberações do governo federal desse período.

Após análise dos PNPGs, percebe-se que os ideais de mercantilização da universidade, especialmente da pós-graduação, foram progressivamente marcados em suas diretrizes. Segundo Castro (2018), o trabalho de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido nas universidades públicas está sendo modificado em sua autonomia e financiamento, passando a ser orientado pelas demandas econômicas, especialmente as atividades de pesquisa, realizadas na pós-graduação, que passam a exercer um papel estratégico: “a ciência e a produção do conhecimento são redefinidas a partir da racionalidade econômico-financeira e de suas necessidades imediatas” (CASTRO, 2018, p. 64).

Nessa linha, a “racionalidade capitalista-econômico-financeira” referida por Castro (2018), e suas necessidades imediatas, não são e não podem ser prioridade na universidade. Como afirmou o reitor João Carlos Salles (UFBA), presidente da ANDIFES nesse período, em audiência pública na câmara dos deputados em 15 de outubro de 2019 em seu discurso em defesa da Universidade pública. Segundo ele, muitos olham para a universidade com hostilidade e só conseguem ver mazelas, “Olham a universidade com seus olhos míopes, cobrando resultados imediatos e retorno a contribuintes, como se ela fosse um negócio”, sem ver o todo, seu amplo alcance e toda sua obra, e continua:

A universidade pública é o lugar da produção científica em nosso país. Ela é a fonte de tecnologia e inovação. Ela é também o lugar de reflexão sobre a sociedade e de representação de políticas públicas. Ela é o lugar de críticas, de criação, de arte e cultura. É critério para o que é qualidade acadêmica, sendo pautada por objetivos postos em comum pela sociedade e gerida com transparência e, vale enfatizar, conforme valores e princípios democráticos. [...] A universidade pública não está falida. Falida estará a sociedade brasileira, se renunciar à autonomia científica em favor de uma subordinação a interesses estrangeiros, se optar pela discriminação e não pela colaboração científica, cultural, acadêmica, se renunciar

enfim às condições de procura e de produção da verdade (SALLES, 2019).<sup>8</sup>

Como foi possível notar na transcrição da fala do reitor Salles, em diálogo com o tema da mercantilização da pós-graduação presente nos PNPGs, a universidade é um espaço de resistência, mas também de contradições. Se para algumas áreas essa parceria universidade/empresa é bem-vista, existem outras áreas e grupo que se opõe e lutam contra esses ideais de mercantilização, reagindo por meio de manifestações diversas. Da mesma forma, alguns programas de pós-graduação aceitam e atendem prontamente as diretrizes, outros refletem e questionam essas diretrizes, manifestando-se através de suas pesquisas e buscando soluções alternativas para resistirem à pressão produtivista e mercadológica. Pressão instigada nos PNPGs e no processo de avaliação da Pós-graduação, que deliberam pela aprovação, manutenção e classificação dos programas, cobrando cada vez mais produtividade, tolhendo sua liberdade e autonomia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse estudo é importante retomar os princípios da pós-graduação desenvolvidos por Severino (2012) que ponderou que a formação pós-graduada deve ser conduzida de forma abrangente, sistematizada e aprofundada, apontando as diversas finalidades da pós-graduação. A produção do conhecimento novo, que tem por objetivo fazer ciência nas diversas áreas e campos temáticos, buscando alcançar aspectos da realidade.

O autor apontou ainda, que fazer pesquisa engloba três finalidades formativas sob a perspectiva pedagógica: a) a formação de novos pesquisadores; b) a formação de docentes universitários e; c) a formação de intelectuais. Essas finalidades estão diretamente ligadas ao seu compromisso com a legitimidade, que por sua vez, relaciona-se com a própria razão de ser

---

<sup>8</sup> Transcrição da fala do reitor João Carlos Salles (UFBA), presidente da ANDIFES, na câmara dos deputados, em 15/10/2019. Disponível em: [https://www.change.org/p/congresso-nacional-em-defesa-das-universidades-p%C3%BABlicas-brasileiras/u/25215673?cs\\_tk=Ai56KGrfsIX8EJzFsF0AAXicyyvNyQEABF8BvKH7occX1uAXyiEqLt1Hclc%3D&utm\\_campaign=766720e4683249d283be5f4f31ea3004&utm\\_medium=email&utm\\_source=petition\\_update&utm\\_term=cs](https://www.change.org/p/congresso-nacional-em-defesa-das-universidades-p%C3%BABlicas-brasileiras/u/25215673?cs_tk=Ai56KGrfsIX8EJzFsF0AAXicyyvNyQEABF8BvKH7occX1uAXyiEqLt1Hclc%3D&utm_campaign=766720e4683249d283be5f4f31ea3004&utm_medium=email&utm_source=petition_update&utm_term=cs).

do conhecimento; com o processo epistêmico da pesquisa, com a metodicidade que requer delimitações e escolhas próprias da investigação e com a ação solidária e coletiva no processo de conhecer, estes são elementos essenciais na formação pós-graduada. Esses elementos deveriam estar contemplados nas políticas que regem a pós-graduação brasileira.

Corroborando e complementando o pensamento de Severino (2012), consideramos importante destacar no aspecto coletivo da pós-graduação, o sentido de grupos de pesquisa como troca de conhecimentos, dificuldades e informações que muito contribuem neste processo. A importância das disciplinas cursadas na pós-graduação, que por meio do ensino unem pós-graduandos das várias linhas de pesquisa; de outros programas e alunos especiais (que pretendem ingressar na pós-graduação), que por meio do estímulo e do conhecimento do professor/pesquisador, caminham no processo de ampliação do conhecimento. O processo de construção do conhecimento na pós-graduação não é fácil, existem muitos obstáculos, tanto para ingressar, quanto para permanecer e finalizar. Corroboram com as dificuldades, a falta de bolsas de estudo diante da demanda; o curto tempo para desenvolvimento da pesquisa e vários outros aspectos.

Diante desses desafios, a perspectiva da coletividade, da solidariedade e da formação intelectual, são fundamentais para a permanência e para o êxito no processo de formação pós-graduada e precisam ser contemplados de forma especial nas políticas voltadas para a pós-graduação. Dessa forma, o ranqueamento; o fator de internacionalização; a quantificação; a supervalorização das áreas técnicas; a parceria da universidade com as empresas e outros tantos fatores apresentados, valorizam o desenvolvimento econômico, que caminham em consonância com as políticas neoliberais voltadas para a pós-graduação, que valorizam os resultados e subestimam o processo.

Esperamos uma nova era na educação, iniciado com o atual governo assumido em 2023, sob o prisma da utopia e conscientização, esperando mudanças necessárias, em especial no caso deste estudo, na elaboração do VII PNPG (2021-2030) e no processo de reestruturação do processo de avaliação da pós-graduação. Por meio da Portaria nº 143, de 24 de julho de 2023, que designa Comissão Especial de apoio à elaboração do novo Plano Nacional de Pós-Graduação, definindo suas competências, composição, regras de funcionamento, bem como sua duração e objetivos.

Diante das crises enfrentadas nos últimos governos, é importante refletir sobre essa temática e, de forma coletiva, buscar uma mobilização contra as deliberações mercantis produtivistas na universidade pública, retomando o diálogo e o verdadeiro sentido da pós-graduação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Denise Ribeiro de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva; RAUPP, Fabiano Maury. Os Desafios das Universidades Federais Diante dos Constantes Cortes Orçamentários. In: ROSSI, Renata Alvez; TUDE, João Martins.(Org). **Cortes no Orçamento das Universidades Federais: significados e efeitos**. Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia, 2021.p.8-12.

BRASIL. **LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 27 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979)**. Brasília, DF: 1975. Disponível em: <https://capes.gov.br/pt/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: 07 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 86791, de 28 de dezembro de 1981**. Extingue o Conselho Nacional de Pós-Graduação e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **II Plano Nacional de Pós-Graduação (1982-1995)**. Brasília, DF: 1982. Disponível em: <https://capes.gov.br/pt/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: 07 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989)**. Brasília, DF: 1986. Disponível em: <https://capes.gov.br/pt/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: 07 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **V Plano Nacional de Pós-Graduação (2005-2010)**. Brasília, DF: 2004. Disponível em: <https://capes.gov.br/pt/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: 07 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **VI Plano Nacional de Pós-Graduação**



**Interterritórios** | Revista de Educação  
Universidade Federal de Pernambuco,  
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259424[2023]  
**Dossiê Políticas públicas em Educação no  
contexto da reestruturação do Estado na  
última década do século XX**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259424>

(2011-2020). Brasília, DF: 2010. Disponível em: <https://capes.gov.br/pt/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: 07 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG):** uma discussão sobre a política de C&T nacional e a formação da agenda de pesquisa. Brasília, DF: 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/RelatorioTcnicoPNPGs.pdf> . Acesso em: 02 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 977/65.** Definição dos cursos de pós-graduação. Brasília, DF: CAPES, 1965. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/Parecer-977-1965.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2019.

CABRAL NETO, Antônio; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Titulação de professores da educação superior. In: OLIVEIRA, João Ferreira; GOUVEIA, Andrea Barbosa; ARAÚJO, Heleno (org.). **Caderno de avaliação das metas do Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024.** Brasília: ANPAE, 2018. Disponível em: <http://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2017/08/CadernoAnlisePNE.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.

CASTRO, Maria das Graças Monteiro. **O artigo científico como mercadoria acadêmica.** 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9019/5/Tese%20-%20Maria%20das%20OGra%20c3%a7as%20Monteiro%20Castro%20-%20202018.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

CHAUI, Marilena. **Neoliberalismo:** a nova forma do totalitarismo. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 10 out. 2019.

DEL VECHIO, Angelo. Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e a pesquisa na universidade brasileira: implicações geopolíticas. **Laplage em Revista**, v. 3, n. 3, p. p.133-146, ago. 2017. Disponível em: <http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/396/591>>. Acesso em: 05 set. 2019.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Faculdade Nacional de Filosofia: origens, construção e extinção. **Série-Estudos**, Campo Grande – MS, n.16, p.107-131, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/511/405>. Acesso em: 10 fev. 2019.



**Interterritórios** | Revista de Educação  
Universidade Federal de Pernambuco,  
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259424[2023]  
**Dossiê Políticas públicas em Educação no  
contexto da reestruturação do Estado na  
última década do século XX**  
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259424>

FRIGOTTO, Gaudencio. **Educação e a crise do Capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan/jun. 2006. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em: 28 jul. 2019.

IANNI, Octávio. Globalização e Neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**, v.12, n. 02, p. 27-32, abr./jun. 1998. Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02\\_03.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf) . Acesso em: 02 fev. 2020.

KUENZER, Acácia Z.; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. In: BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar (orgs.). **Dilemas da pós-graduação**: gestão e avaliação. Campinas (SP): Autores Associados, 2009. p. 177-252.

MAUÉS, Olgaídes Cabral. A expansão e a internacionalização da educação superior. REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 37., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis (SC), 2015. p.1-17. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-3897.pdf> . Acesso em: 16 nov. 2020.

SALLES, João Carlos. **Discurso proferido em audiência pública da câmara dos deputados- na Comissão Geral em defesa das Universidades, Institutos Federais e CNPq**. Brasília (DF), 15 out. 2019. Disponível em: [https://www.change.org/p/congresso-nacional-em-defesa-das-universidades-p%C3%BAAblicas-brasileiras/u/25215673?cs\\_tk=Ai56KGrfsIX8EJzFsF0AAXicyyvNyQEABF8BvKH7occX1uAXyiEqLt1Hclc%3D&utm\\_campaign=766720e4683249d283be5f4f31ea3004&utm\\_medium=email&utm\\_source=petition\\_update&utm\\_term=cs.%20Acesso%20em:%2018%20out.%202019](https://www.change.org/p/congresso-nacional-em-defesa-das-universidades-p%C3%BAAblicas-brasileiras/u/25215673?cs_tk=Ai56KGrfsIX8EJzFsF0AAXicyyvNyQEABF8BvKH7occX1uAXyiEqLt1Hclc%3D&utm_campaign=766720e4683249d283be5f4f31ea3004&utm_medium=email&utm_source=petition_update&utm_term=cs.%20Acesso%20em:%2018%20out.%202019). Acesso em: 18 out. 2019.

SAVIANI, Demerval. O Dilema Produtividade-Qualidade na Pós-Graduação. **Nuances**: estudos sobre Educação, ano xvii, v. 17, n. 18, p. 32-49, jan./dez. 2010. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/723>> Acesso em: 10 ago. 2020.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do Regime Militar. **Cadernos Cedes**. Campinas, SP, v.28, n.76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>. Acesso em: 02 set. 2019.



**Interterritórios** | Revista de Educação  
Universidade Federal de Pernambuco,  
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259424[2023]  
**Dossiê Políticas públicas em Educação no  
contexto da reestruturação do Estado na  
última década do século XX**  
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259424>



SEVERINO, Antônio Joaquim. Pós-graduação, pesquisa e formação: desafios da contemporaneidade. **REP - Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo-RS, v. 19, n. 2, p. 233-246, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/3110/pdf> . Acesso em: 08 jan. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Pesquisa Educacional: da consistência epistemológica ao compromisso ético. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, Araraquara (SP), v. 14, n. 3, p. 900-916, jul./set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12445/8225> . Acesso em: 22 jan. 2020.

SGUISSARD, Valdemar; SILVA JUNIOR, João dos Reis. **O trabalho intensificado nas Federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. Uberlândia (MG): Navegando Publicações, 2018.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FERREIRA, Luciana Rodrigues; KATO, Fabíola Bouth Grello. Trabalho do professor pesquisador diante da expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB. **Revista Brasileira de Educação**. v. 18, n. 53, p. 435-499, abr./jun. 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zLZZ3dk5Ft5mPYX5N7vz8mh/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 13 jul. 2020.

Submissão em 25 de julho de 2023.

Aceite em 21 de outubro de 2023.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0

Internacional. Texto da Licença:

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



REVISTA  
interterritórios

**Interterritórios** | Revista de Educação  
Universidade Federal de Pernambuco,  
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18 e259424[2023]  
**Dossiê Políticas públicas em Educação no  
contexto da reestruturação do Estado na  
última década do século XX**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.259424>